



# ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

## COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?

DEZ 2012 / JAN 2013

NÚMERO 0

# ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA  
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DE  
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

## COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA FILIPA OLIVEIRA, ANA GOMES, ANA  
SANCHES, ANA TERESA SANTOS, CARLOS  
SANGREMAN, CÉSAR NETO, INÊS CLÁUDIO,  
LILIANA AZEVEDO, LUÍSA TEOTÓNIO  
PEREIRA, OLIVIER CONSOLO

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** LILIANA  
AZEVEDO

**DESIGN GRÁFICO** ANA GRAVE

**ISSN** 2182-8199

**CONTACTOS** PLATAFORMA PORTUGUESA  
DAS ONGD / AVENIDA INFANTE SANTO,  
Nº21 / PISO TÉCNICO ESQUERDO /  
1350-177 LISBOA, PORTUGAL / TLF +351  
218872239 / FAX +351 218872241 / SKYPE  
PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD /  
INFO@PLATAFORMAONGD.PT /  
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

**PEDRO CRUZ** DIRECTOR EXECUTIVO /  
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

**CÉSAR NETO** RESPONSÁVEL DE  
COMUNICAÇÃO /  
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

**NÉLIA RIBEIRO** ASSISTENTE DE  
PROJECTO /  
NELIA.RIBEIRO@PLATAFORMAONGD.PT

[CAPA]

**CAMPANHA DE VACINAÇÃO / SAÚDE COMUNITÁRIA.**  
MOÇAMBIQUE. ADPMÉRTOLA. 2008

**3**

EDITORIAL

**4**

DOSSIER “COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?”

**14**

AIDWATCH

**16**

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**19**

BOAS PRÁTICAS

**20**

INICIATIVA

**21**

EM REDE

**22**

PUBLICAÇÕES

**23**

AGENDA

# EDITORIAL

Saber comunicar o trabalho desenvolvido influencia de forma cada vez mais determinante as condições de realização do próprio trabalho. A comunicação tem aliás assumido um papel crescente na sociedade da informação, onde a tecnologia e a velocidade com que evoluem os meios e os suportes têm contribuído para um consumo rápido de notícias descartáveis. Não só mudaram os modos de recepção da informação como também os seus modos de produção. É hoje comum o mesmo artigo ser copiado tal qual por diferentes fontes noticiosas e posteriormente multiplicado ao infinito através das redes sociais. Esta informação-produto é propícia à (re)produção de fórmulas “prontas a vestir” esvaziadas de substância. As *fast news* vêm saciar um público apressado, ávido de novidade em permanência.

Neste contexto em que, para ser, é preciso comunicar, são cada vez mais as Organizações Não Governamentais do Desenvolvimento (ONGD) que apostam nesta área, recorrendo por vezes a profissionais da comunicação e do jornalismo. Comunicar não é só dar visibilidade ao trabalho realizado mas também criar pensamento, fomentar massa crítica, influenciar agendas. Foi por isso que, num ano marcado pela incerteza de um rumo para a Cooperação Portuguesa, a Plataforma Portuguesa das ONGD decidiu apostar ainda mais na produção de conteúdos próprios.

A Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD, editada quadrimestralmente em formato digital, é dedicada às questões do Desenvolvimento e vocacionada principalmente para técnicos, dirigentes, voluntários, investigadores e estudantes. Cada número terá um dossier temático, no qual se pretende cruzar olhares diferentes sobre um tema comum. O dossier da edição de lançamento é dedicado ao tema “Cooperação Portuguesa,

que futuro?” e inclui dois artigos de opinião, um assinado pelo Coordenador do Fórum da Cooperação de 2009 a 2011, Carlos Sangreman, e outro da autoria da deputada do Parlamento Europeu e membro da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão dos Direitos Humanos, Ana Gomes. O dossier inclui também uma entrevista que, nesta edição zero, teve como convidada a Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, Isabel Mota. Cada número da Revista incluirá ainda um espaço dedicado aos grupos de trabalho da Plataforma. Na presente edição destacamos os grupos *AidWatch* e Educação para o Desenvolvimento, cujas agendas foram bastante preenchidas em 2012. De salientar ainda as rubricas Boas Práticas e Iniciativa. Na primeira destacamos um exemplo positivo relacionado com o dossier temático e, na segunda, uma iniciativa da Plataforma ou de um seu parceiro. Em Rede é um espaço para o qual convidamos uma organização congénere, europeia ou internacional, a partilhar o seu trabalho e/ou opinião.

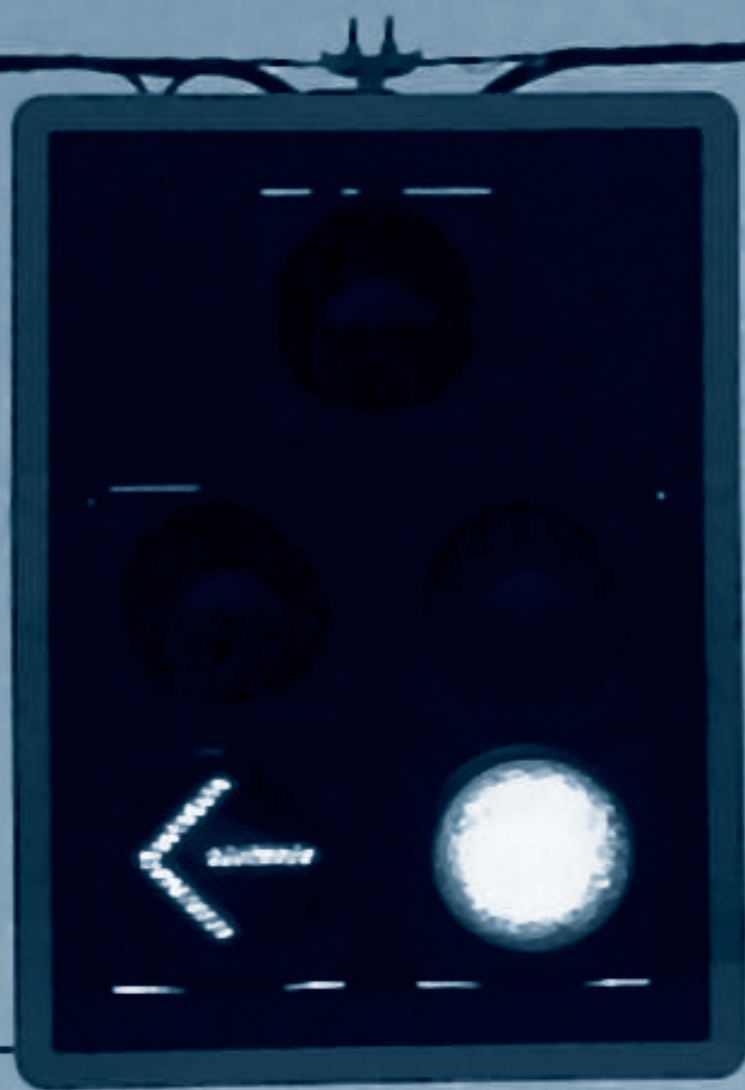
Esperamos com esta Revista contribuir para estimular o debate em Portugal em torno da Cooperação, da Educação e da Sensibilização para o Desenvolvimento e da Ajuda Humanitária e de Emergência – as três áreas de actuação das ONGD associadas da Plataforma, e fomentar um diálogo profícuo e plural entre todos os actores do sector.

Fazemos votos para que este virar de ano constitua também um virar de página na Cooperação Portuguesa, no qual se vislumbre um rumo no horizonte.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

# DOSSIER

COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?



# COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?

2012 foi um ano marcado pela palavra “crise” – financeira, económica, social – numa época marcada também por uma crise ao nível dos valores.

O sector da Cooperação e da Educação para o Desenvolvimento foi, também ele, duramente atingido. Os recursos, que já eram diminutos, foram encolhendo. A criação do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL), resultado da fusão entre o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) e o Instituto Camões, justificada pela necessidade de redução da despesa, e cuja operacionalização foi morosa, constituiu a primeira de um conjunto de medidas que têm levado a uma progressiva desestruturação do sector. Podemos ainda citar a redução desproporcional do apoio às iniciativas de cooperação para o desenvolvimento das ONGD<sup>1</sup> e o desinvestimento na sensibilização em Portugal, através de projectos de advocacia e de Educação para o Desenvolvimento<sup>2</sup> – onde Portugal tinha vindo a ser considerado uma referência a nível internacional.

Estas medidas estão a conduzir a Cooperação Portuguesa a um geral desalinhamento com as orientações europeias e internacionais: relembramos por exemplo que o CAD/OCDE recomendou a Portugal o desligamento da promoção da língua dos objectivos da Cooperação aquando do último exame inter-pares (2010); também o investimento nas acções de ED, que permite uma aproximação das pessoas às questões do desenvolvimento e um conhecimento crítico sobre as persistentes desigualdades globais, é visto como prioritário pela União Europeia.

Mais grave tem sido a ausência de um rumo claro para o sector e a incoerência das poucas medidas implementadas desde a tomada de posse do XIX Governo Consti-

tucional, há mais de 500 dias. De salientar que, pelo segundo ano consecutivo, foi aprovado um Orçamento de Estado, sem que esteja terminado o processo de revisão da Estratégia da Cooperação Portuguesa. Ou seja, foram definidos os recursos antes de traçado o rumo para o futuro do sector.

A clarificação de uma orientação estratégica para a Cooperação tem sido a grande batalha da Plataforma Portuguesa das ONGD no último ano e meio<sup>3</sup>. Em Maio deste ano, a Plataforma apresentou um documento intitulado **“Propostas para a Cooperação Portuguesa”**<sup>4</sup>, onde elencava 26 medidas que visam contribuir para reforçar a actuação da Cooperação Portuguesa. Nele se reafirma a necessidade de uma coerência estratégica e o lugar das ONGD enquanto parceiros estratégicos, e se coloca a tónica na melhoria da qualidade da cooperação e dos processos de desenvolvimento, por um lado, e na necessidade de assegurar e inovar no financiamento da Ajuda ao Desenvolvimento, por outro.

Face à mudança do contexto económico nacional e europeu, torna-se necessário repensar de forma estratégica o sector, numa perspectiva de qualidade da cooperação e eficácia do desenvolvimento. Mas enquanto isso, tem-se assistido a uma progressiva subalternização da política de Cooperação a outros interesses, nomeadamente os da internacionalização da economia e da promoção da língua. Há muitos anos que a Plataforma se vem debatendo para que a Política de Cooperação não esteja sujeita aos ciclos políticos e às vicissitudes das mudanças de governos, isto é, para que seja Política de Estado, com um rumo, recursos e parceiros estáveis, que evitem desperdiçar o caminho feito.

# DOSSIER

COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?



PROJECTO OTCHITANDA TCHETU – APOIO À AUTONOMIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS MULHERES. BENGUELA/ANGOLA. ISU. 2012

Na última década, verificaram-se avanços significativos na Cooperação Portuguesa, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e equitativo numa sociedade mais consciente. Mas, no último ano, por acção ou por inacção, esse percurso vem sendo seriamente comprometido. Em poucos meses conseguiu-se tornar reversíveis os resultados de esforços de décadas. No fecho de um ano marcado pela retórica da crise, perguntamos: Por quanto tempo mais serão as restrições orçamentais uma desculpa para a inacção das instituições públicas? É possível seguir este caminho sem desbaratar a credibilidade do país em face dos compromissos assumidos? Estará a nova arquitectura da Cooperação Portuguesa adequada aos actuais desafios e à agenda pós-2015? Será o conjunto de actores da cooperação descentralizada (ONGD, centros de investigação, municípios, fundações) capaz de influenciar o sentido do rumo a seguir? Saberão as ONGD fazer-se ouvir dos diferentes actores políticos com responsabilidade na definição e monitoria das políticas públicas?

Após as declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>5</sup>, na Comissão Parlamentar responsável pela monitoria do sector sem que, por parte da Comissão, tenha sido questionada a prioridade dada à língua relativamente à Cooperação, como se uma excluísse necessariamente a outra – que podem as ONGD e os restantes actores do sector esperar de 2013?

Definir um rumo para a Cooperação e uma política de recursos coerente, tendo em conta os compromissos assumidos pelos governos ao longo dos últimos anos deveria ser o caminho. O futuro dir-nos-á se assim foi.

<sup>1</sup> REDUÇÃO NA ORDEM DOS 57% NO APOIO À SOCIEDADE CIVIL

<sup>2</sup> AS LINHAS DE CO-FINANCIAMENTO PARA PROJECTO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DIMINUÍRAM 75% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR, NÃO GARANTINDO MAIS DO QUE A CONTINUIDADE DOS PROJECTOS EM CURSO

<sup>3</sup> VER DOCUMENTO “UM ANO DE (DES)GOVERNAÇÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA”

<sup>4</sup> ELABORADO PELA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD, ESTE DOCUMENTO CONTOU COM OS CONTRIBUTOS DE ONGD E OUTROS ACTORES DA COOPERAÇÃO

<sup>5</sup> “A DEFESA DO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA É A SUA PRINCIPAL PRIORIDADE PARA 2013, DEIXANDO A ÁREA DA COOPERAÇÃO PARA SEGUNDO PLANO” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15.11.2012)

# MUDAR PARA SOBREVIVER NA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

CARLOS SANGREMAN

COORDENADOR DO FÓRUM DA COOPERAÇÃO DE 2009 A 2011

Tenho vindo a defender que a Cooperação para o Desenvolvimento portuguesa (CDP) deve promover alterações estruturais sérias para poder sobreviver no longo prazo e dado a actual crise financeira também no curto prazo. Se no longo prazo a intensificação das relações europeias é originar uma liberalização de acesso a concursos públicos de financiamento de projectos de organizações não-governamentais, de municípios ou de ministérios de qualquer país da União Europeia, as entidades portuguesas perdem um espaço protegido e, como se viu no concurso aberto pela Fundação Manuel dos Santos ou se vê nas dificuldades de acesso a fundos internacionais que o Mecanismo do Fórum da Cooperação tem vindo a evidenciar, dificilmente competem com outras, europeias e norte-americanas. No curto prazo, a diminuição de financiamentos públicos com a actual austeridade são suficientes para eliminar várias organizações ou departamentos públicos centrais ou locais que tem por actividade principal ou importante a CDP. Com a decisão de justapor o Instituto Camões e o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), num processo de diminuição de gastos, o governo até agora só tem piorado a situação. Juntar duas entidades públicas sem uma estratégia de fusão e apenas unificando os serviços de apoio querendo manter os processos e as funções intactas é uma tarefa das mais difíceis para melhorar o desempenho das entidades envolvidas. Se a isto juntarmos a decisão sem lógica (que não a financeira) de reenviar para os

seus quadros de origem funcionários de ambas as instituições sem considerar se as suas funções podem ser executadas com a mesma qualidade ou não substituir pessoas que se reformam por equivalentes em competência, temos uma diminuição da eficácia e da qualidade que vai levar tempo a corrigir. As consequências já se viram, pois a inércia de 2011/2012 levou a taxas de execução das piores da década. Não é pois somente uma questão de fundos, mas sim uma questão de competência para executar com qualidade e com visão expressa de estratégia a longo prazo, os fundos disponíveis.

A resposta das entidades que querem sobreviver a esta queda de competência do principal configurador do campo da CDP portuguesa pode dar uma nova dinâmica às actividades desenvolvidas mas dificilmente poderá ser feita sem algumas medidas estruturais do próprio Camões – Instituto da Cooperação e da Língua (CICL).

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PORTUGUESA DEVE PROMOVER ALTERAÇÕES ESTRUTURAIS SÉRIAS PARA PODER SOBREVIVER NO LONGO PRAZO E DADO A ACTUAL CRISE FINANCEIRA TAMBÉM NO CURTO PRAZO.

Parece-nos que essas medidas devem passar pela coragem e liderança política de alterar o modelo de atribuição de verbas a entidades públicas e privadas para projectos de cooperação, introduzindo uma lógica de concorrência nas candidaturas que não só seja mais transparente como também mais eficaz do que a actual. E para tal existe em Portugal o modelo da FCT praticado há vários anos no financiamento da investigação, com painéis de análise cega de projectos compostos por peritos internacionais. Esse modelo continua com defeitos mas está muito acima dos processos de análise e decisão internas que o ICP/IPAD/Camões utilizou e continua a utilizar como se viu no recente processo de Educação para o Desenvolvimento. O **Mecanismo de Apoio à Elaboração de Projectos de Cooperação para o Desenvolvimento** criado por quatro fundações para apoiar candidaturas internacionais de ONGD tem

# DOSSIER

COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?

vindo a demonstrar que tal é perfeitamente possível. E ambos os processos não gastam fortunas a pagar aos avaliadores. Este procedimento é coerente com as opções de melhoria de eficácia e de competitividade que são afirmados pelas políticas em vigor e a incoerência vem da manutenção do poder discricionário de atribuição de verbas pelo presidente do CICL ou pelo SENEK assente em critérios de confiança pessoal ou políticos. Basta ver as listas de financiamentos publicadas em DR (online no **site do CESA/ISEG**) desde 2004 para se ver que estas questões se colocam há vários anos.

NÃO É POIS SOMENTE  
UMA QUESTÃO DE FUNDOS,  
MAS SIM UMA QUESTÃO DE  
COMPETÊNCIA PARA EXECUTAR  
COM QUALIDADE E COM VISÃO  
EXPRESSA DE ESTRATÉGIA A  
LONGO PRAZO, OS FUNDOS  
DISPONÍVEIS.

Outra das medidas estruturais que me parece poder configurar o sector de forma duradoura é a assunção do critério da sustentabilidade dos projectos. Se a questão central de avaliação for “O que fica?”, com as consequências positivas e negativas para os executores, a seriedade dos projectos e a sua capacidade de se afirmarem como melhor alternativa aumenta exponencialmente. Tal implica que haja avaliação do impacto de cada projecto até um ou dois anos depois de terminado e a punição ou o incentivo às organizações que os executaram. Se mantivermos esse critério, justificado hoje apenas na candidatura e no relatório final, sem verificação posterior, estamos a construir uma fachada de papel que resiste pouco a qualquer exame. Note-se que estas medidas têm por pano de fundo o princípio que a CDP deve orientar a sua actividade para conseguir ajudar a que a relação de financiador/beneficiário se transforme numa relação entre iguais. A exemplo do que se passou em certa medida com Portugal nos anos 80, com o Brasil e, de forma ainda em construção, com Cabo Verde.



VENDA AMBULANTE DE PEIXE NO MERCADO DE LIQUIÇÁ. TIMOR-LESTE. IMVF, 2012

# FUTURO DA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO DE PORTUGAL DECIDE-SE NA EUROPA

ANA GOMES

DEPUTADA AO PARLAMENTO EUROPEU

À luz da situação económica e orçamental em Portugal e na Europa, é importante assegurar que as políticas de cooperação para o desenvolvimento são geridas de modo eficaz e produzem os melhores resultados possíveis. Para isso, é preciso que a União Europeia (UE) e os seus Estados-Membros falem a uma só voz e ajam em uníssono. Portugal não está claramente a dar o seu contributo para isso – basta ver como tem falhado o cumprimento do compromisso de afectar 0,7 por cento da sua riqueza à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) – tal como constatou a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Uma vez que, nos termos do Tratado de Lisboa, o apoio aos esforços empreendidos pelos países em desenvolvimento para erradicar a pobreza é uma prioridade da acção externa da UE e constitui o objectivo primeiro da sua política de cooperação, os membros da UE-27 devem combinar/partilhar políticas, instrumentos e recursos para alcançar esse objectivo.

No actual quadro político e institucional, e independentemente da margem de manobra de cada governo que sempre subsiste, o futuro de uma política de cooperação nacional – portuguesa neste caso – decide-se em sintonia com a Europa. Embora o actual Governo português queira acabar com o financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento devido à sua obsessão com uma austeridade “custe o que custar”. O encerrar do IPAD com a fusão de serviços com o Instituto Camões é bem exemplo disso!

No entanto, o pano de fundo europeu em que a cooperação portuguesa continuará a evoluir, nos próximos anos, não se esgota nas orientações emanadas das instituições comuns em Bruxelas. O papel da sociedade civil plural e activa na definição e na execução das políticas de cooperação permanecerá incontornável – espera-se – porque é a chave para o fortalecimento das democracias. Pelo menos, é esse o entendimento da Comissão de Desenvolvimento do Parlamento Europeu (PE).

Recordemos, a propósito, o precedente aberto com a proposta para afectar aos projectos da Cooperação uma parte das receitas da futura taxa sobre as transacções financeiras, da iniciativa das Organizações Não Governamentais (ONG), que foi depois apadrinhada pelo PE e adoptada pela UE no seu conjunto. Aliás, o envolvimento das ONG neste projecto continua a ter todo o sentido porque ainda falta definir como e quando as receitas assim geradas serão destinadas a projectos de erradicação da pobreza nos países em desenvolvimento.

Da mesma forma, espera-se das ONG um contributo precioso para responder aos novos desafios em perspectiva, tais como o da realização dos ODM até 2015 e a negociação do próximo quadro financeiro plurianual da UE (para o período 2014-2020).

IMPORTA NÃO PERDER DE VISTA  
O CONTRIBUTO DAS POLÍTICAS  
DE ERRADICAÇÃO DA POBREZA  
NO CONTEXTO MAIS ALARGADO  
E ESTRATÉGICO DA POLÍTICA  
EXTERNA E O SEU IMPACTO PARA  
A CAPACIDADE EXPORTADORA DE  
BENS E SERVIÇOS DA ECONOMIA  
NACIONAL.

Não obstante, e tal como levam a pensar as tensões já perceptíveis na frente orçamental, há razões objectivas para nos preocuparmos com o futuro. O financiamento da Cooperação para o Desenvolvimento tem vindo a ser reduzido, ano após ano,

# DOSSIER

COOPERAÇÃO PORTUGUESA, QUE FUTURO?



ESCOLA SECUNDÁRIA DO CHIBUTO, MOÇAMBIQUE. MARGARIDA BOTELHO, AIDGLOBAL, 2012

desde 2008, enquanto aumenta o número de países europeus cujas economias estão sob a tutela de organismos exteriores excessivamente focalizados em políticas de austeridade, conduzindo a cortes cegos na despesa com um impacto directo – segundo estima o Fundo Monetário Internacional (FMI) – nas vidas de milhões de pessoas nos países mais pobres.

São de reचार novos ajustamentos em 2013 e anos seguintes. Mas, contra a retórica daqueles que pensam que em tempos de crise a Cooperação para o Desenvolvimento é um luxo que já não nos podemos permitir ter em Portugal, importa não perder de vista o contributo das políticas de erradicação da pobreza no contexto mais alargado e estratégico da política externa e o seu impacto para a capacidade exportadora de bens e serviços da economia nacional.

Nós, portugueses, devemos ser guarda-avançada da “fortaleza” europeia, que atrai e é influente porque se alicerça em valores

universais e em direitos e liberdades a que aspiram homens e mulheres em todas as sociedades, em todos os continentes. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) deve ser privilegiada por Portugal como instrumento de Cooperação para o Desenvolvimento portadora de um extraordinário potencial económico e político ainda por explorar.

# À CONVERSA COM...

ISABEL MOTA, ADMINIS-  
TRADORA DA FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN

ENTREVISTA REALIZADA POR  
**LILIANA AZEVEDO**  
GESTORA DE PROJECTOS NA  
ACEP E MEMBRO DA DIRECÇÃO  
DA PLATAFORMA

## **QUAL O PAPEL DIFERENCIADOR DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (FCG) EM RELAÇÃO A OUTROS ACTORES DA COOPERAÇÃO?**

A política de cooperação existe na FCG como uma das prioridades há cerca de 60 anos, embora se tenha, ao longo do tempo, adaptado às circunstâncias, àquilo que o tempo nos tem trazido e às opções que os países beneficiários têm feito. Temos uma história, um impulso que vem de trás, que cria uma base de confiança para que, quando chegamos com alguma ideia mais inovadora, as pessoas naturalmente estejam dispostas a assumir o risco connosco e isso é muito motivador e mobilizador e, claramente, nós queremos continuar a ter um papel relevante na área da ajuda ao desenvolvimento. Um dos papéis das fundações é antecipar os problemas e as fundações têm mais facilidade de o fazer do que propriamente os governos, pela sua independência, pela sua flexibilidade, pela sua capacidade de assumir riscos que, obviamente, torna possível este exercício de antecipação. Outra coisa muito importante, e que está associada a esta independência,

ao risco e à flexibilidade, é tentar introduzir soluções inovadoras e trabalhar em rede. Uma mais-valia da FCG é, dentro deste quadro da independência, a perspectiva de médio-prazo que podemos imprimir às nossas actuações e a capacidade de criarmos pontes entre os vários actores.

## **QUEREMOS CONTINUAR A TER UM PAPEL RELEVANTE NA ÁREA DA AJUDA AO DESENVOLVIMENTO**

A Fundação nunca teria capacidade de, ela própria, ir para o terreno, pode é dar – e deve dar – as condições para que actores que estão no terreno possam fazê-lo da melhor maneira. Uma fundação, sem prejuízo de também poder intervir em políticas públicas, como temos contribuído muitas vezes – sobretudo na área da saúde e da educação – pode e deve preocupar-se com a capacitação e o fortalecimento da sociedade civil.

## **A FCG TEM CONTRIBUÍDO EM MUITO PARA O REFORÇO DA SOCIEDADE CIVIL. O QUE TEM MOTIVADO ESTE INVESTIMENTO POR PARTE DA FCG E QUAL O BALANÇO QUE FAZ?**

As ONGD penetram na malha fina da sociedade. É muito nesta lógica que a Fundação tem, desde sempre, privilegiado o papel da sociedade civil, e, em particular, das ONGD. Há coisas que são políticas públicas e que têm naturalmente que ser desenvolvidas com os Estados, mas há muita coisa que tem que ser feita no terreno, através das organizações que conhecem, trabalham e são próximas das comunidades. A

questão da capacitação das organizações é muito importante, a questão da internacionalização destas organizações também e, a terceira, não menos importante, é a capacidade de ter financiamentos externos. E é por isso que a Fundação aposta nesta necessidade imperiosa de ir buscar fontes de financiamento alternativas, que culminou no Mecanismo, ao qual aderiram outras fundações em Portugal, que também actuam na área da cooperação. O próprio Camões aderiu, o que significa que as autoridades portuguesas consideraram que esta é uma via de “ensinar a pescar” mais do que, muitas vezes, “dar o peixe”. É por aí que temos de ir.

## **QUE AVALIAÇÃO FAZ DAS EXPERIÊNCIAS DE PARCERIAS EM QUE A FUNDAÇÃO TEM ESTADO ENVOLVIDA? COMO VÊ UM MAIOR ENVOLVIMENTO DAS EMPRESAS NA COOPERAÇÃO?**

Temos muito boas relações com o IPAD/Camões, não é de agora, é uma relação que se foi construindo ao longo do tempo e que se tem vindo a fortalecer. Além disso, a nossa ideia é também alargar o conceito de capacitação, fomentando parcerias entre a academia e as ONGD.



ISABEL MOTA. FCG. 2012

Também é uma forma de dar um salto qualitativo, que é indispensável nas próprias intervenções das ONGD. A questão das empresas no desenvolvimento é fundamental, são uns actores indispensáveis. Tem-se desenvolvido muito, nos últimos anos, um sentido de responsabilidade social das empresas sobretudo nos países onde vão instalar-se e portanto existe e tem existido a maior das aberturas para fazerem parcerias com a Gulbenkian e com outras entidades para apoiar projectos de desenvolvimento. Julgo que há um grande consenso que as políticas de desenvolvimento necessitam de todos os actores (Estado, sociedade civil, empresas,...). A dimensão e complexidade dos problemas de desenvolvimento com que nos confrontamos, seja cá, na Europa, ou nos países em desenvolvimento, sobretudo num mundo global, não pode prescindir de maneira nenhuma de todos os cidadãos que, de uma forma organizada, são representados por estas várias organizações.

### **QUAIS OS DESAFIOS QUE SE COLOCAM A UMA ORGANIZAÇÃO COMO A FCG NO QUADRO DA COOPERAÇÃO NO ACTUAL CENÁRIO DE CRISE?**

Nós estamos a viver um momento muito complicado, é evidente que toda esta crise não pode deixar de afectar a distribuição de recursos, e ter consequências para a política de cooperação, também em Portugal. Para além das áreas que já trilhávamos, a nossa estratégia passa por dar o salto ligado à sociedade de conhecimento, que consideramos que é indispensável para garantir um desenvolvimento sustentável dos países em desenvolvimento. Temos a noção que podemos dar algum contributo, que trabalhar em rede pode ser um ponto forte para ampliar estas acções e, portanto, estamos a

olhar de uma forma muito construtiva para o prosseguimento desta nossa intervenção com a consciência que estamos a entrar noutra fase. Mas os países também já estão noutra fase, ainda que com diferenças entre si. A aposta na sociedade de conhecimento, numa sociedade civil forte que, atrás de si, traz todos os aspectos que têm a ver não só com a capacidade de intervenção mas também com uma cultura cívica e de cidadania, que é fundamental alargar, para a solução dos problemas. Aliado a esta preocupação, temos sempre de tentar transferir o conhecimento para a realidade e, por outro lado, disseminar o conhecimento utilizando aquilo que as novas tecnologias nos permitem e que é fundamental para queimar as etapas de desenvolvimento que estes países obviamente precisam, tendo em conta as suas dificuldades mas também as suas enormes potencialidades. É portanto este equilíbrio, entre o que a Fundação tem feito e a aposta nas áreas mais ligadas à sociedade de conhecimento e a capacitação de pessoas e de ONGD que possam estender a rede que iremos prosseguir.

### **COMO ESTÁ A FCG A REFLECTIR SOBRE O SEU PAPEL NA COOPERAÇÃO NO PÓS-2015?**

É indispensável que a cooperação ajude a criar uma base sustentável para o desenvolvimento e isto significa educação a níveis mais elevados e uma aposta na inovação e na investigação, adaptada naturalmente às necessidades dos países e, terceiro, significa a necessidade de criar uma cultura de empreendedorismo. Temos estado a reflectir sobre o pós-ODM e o balanço que fazemos aponta-nos muito para estas pistas. A aposta na sociedade de conhecimento é aquilo que não pode ser deixado para trás. Ou seja, o próximo ciclo de ajuda ao

## **É INDISPENSÁVEL QUE A COOPERAÇÃO AJUDE A CRIAR UMA BASE SUSTENTÁVEL PARA O DESENVOLVIMENTO**

desenvolvimento, ou ciclo de ODM, deve ser perspectivado com preocupações deste tipo. Perceber que para queimar etapas é preciso apostar na sociedade de conhecimento.

### **COMO VÊ A ARTICULAÇÃO ENTRE A INVESTIGAÇÃO E A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO EMPÍRICO OBTIDO NA PRÁTICA DA COOPERAÇÃO?**

A disseminação do conhecimento é a grande dificuldade que todos temos em todas as áreas. Aliás, estamos neste momento a equacionar a possibilidade *peer reviews*. Isto é, divulgar as boas práticas dos projectos portugueses nos países parceiros, através de artigos científicos elaborados pelas ONGD, com *peer review* feitos por instituições de investigação e conseguirmos assim ter boas práticas para difundir.

### **QUAIS AS INICIATIVAS QUE A FCG ESTÁ A PREPARAR PARA 2013?**

Há duas iniciativas que estão em preparação: em breve vamos lançar um curso de especialização em logística para projectos de desenvolvimento, em parceria com uma universidade. E também um encontro internacional para começar a discutir o pós-ODM e darmos um contributo para a discussão internacional sobre este tema.

Entrevista editada, aceda à versão integral [aqui](#).



ONG OKUTIUKA. HUAMBO/ANGOLA. ACEP, 2012

---

## RECURSOS FUNDAMENTAIS

ACEP e outros (2011), *Portugal e África: Melhor Cooperação Melhor Desenvolvimento*

Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005), *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*

Better Aid e Open Forum for CSO Development Effectiveness (2012), *Nairobi Declaration for Development Effectiveness*

CAD/OCDE (2010), *DAC Peer Review Portugal*

CAD/OCDE (2012), *Partnering with Civil Society – 12 Lessons from DAC Peer Reviews*

CE (2011), *Os direitos humanos e a democracia no centro da acção externa da UE – Rumo a uma abordagem mais eficaz*, COM(2011) 886

CE (2012), *As raízes da democracia e do desenvolvimento sustentável: o compromisso da Europa com a sociedade civil no domínio das relações externas*, COM(2012) 492 final

IPAD (2005), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*

IPAD (2011), *Cooperação Portuguesa - Uma Leitura dos Últimos Quinze Anos de Cooperação para o Desenvolvimento 1996-2010*

Keikzer, Niels (2012), *O Futuro da Cooperação Europeia para o Desenvolvimento*, EDCPM

Palma, Elisabete (2006), *Cultura, Desenvolvimento e Política Externa: Ajuda Pública ao Desenvolvimento dos Países Africanos Lusófonos*

## SITES DE REFERÊNCIA

Fórum de Busan / AFRODAD / CGDev / CAD-OCDE / CONCORD / CSO Wiki / EURODAD / Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento / NEPAD / ODI - Overseas Development Institute / The Reality of Aid / The Guardian – Global Development

---

# RELATÓRIO

## AID WATCH 2012

### UMA LEITURA DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA DESDE 2003

**ANA FILIPA OLIVEIRA**

INVESTIGADORA NA ACEP – ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

Passaram quase 10 anos desde a última audição pública na Assembleia da República dedicada à Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento. Em jeito de balanço, a Plataforma Portuguesa das ONGD, através do grupo de trabalho Aid Watch, promoveu a elaboração de um documento que analisa as principais tendências da última década da Cooperação Portuguesa, propondo uma leitura – entre muitas que possam existir – corroborada por factos, alguns dos quais não permitem segundas leituras.

São inegáveis diversos avanços registados desde o início de década neste sector: na estruturação e na própria profissionalização dos diferentes intervenientes da Cooperação Portuguesa, na construção de um diálogo participado entre actores e, nomeadamente, na definição de estratégias sectoriais, por exemplo. Porém, há (ainda) muito a fazer. E melhor.

A dois anos de 2015, Portugal está muito longe da meta acordada no quadro da União Europeia, de destinar 0,7% do Rendimento Nacional Bruto à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Fixa-se actualmente nos 0,29% do rácio RNB/APD, abaixo da média da União Europeia. Até 2015, teria mais do que duplicar o actual valor canalizado à APD, o que se afigura improvável à luz do actual contexto nacional.

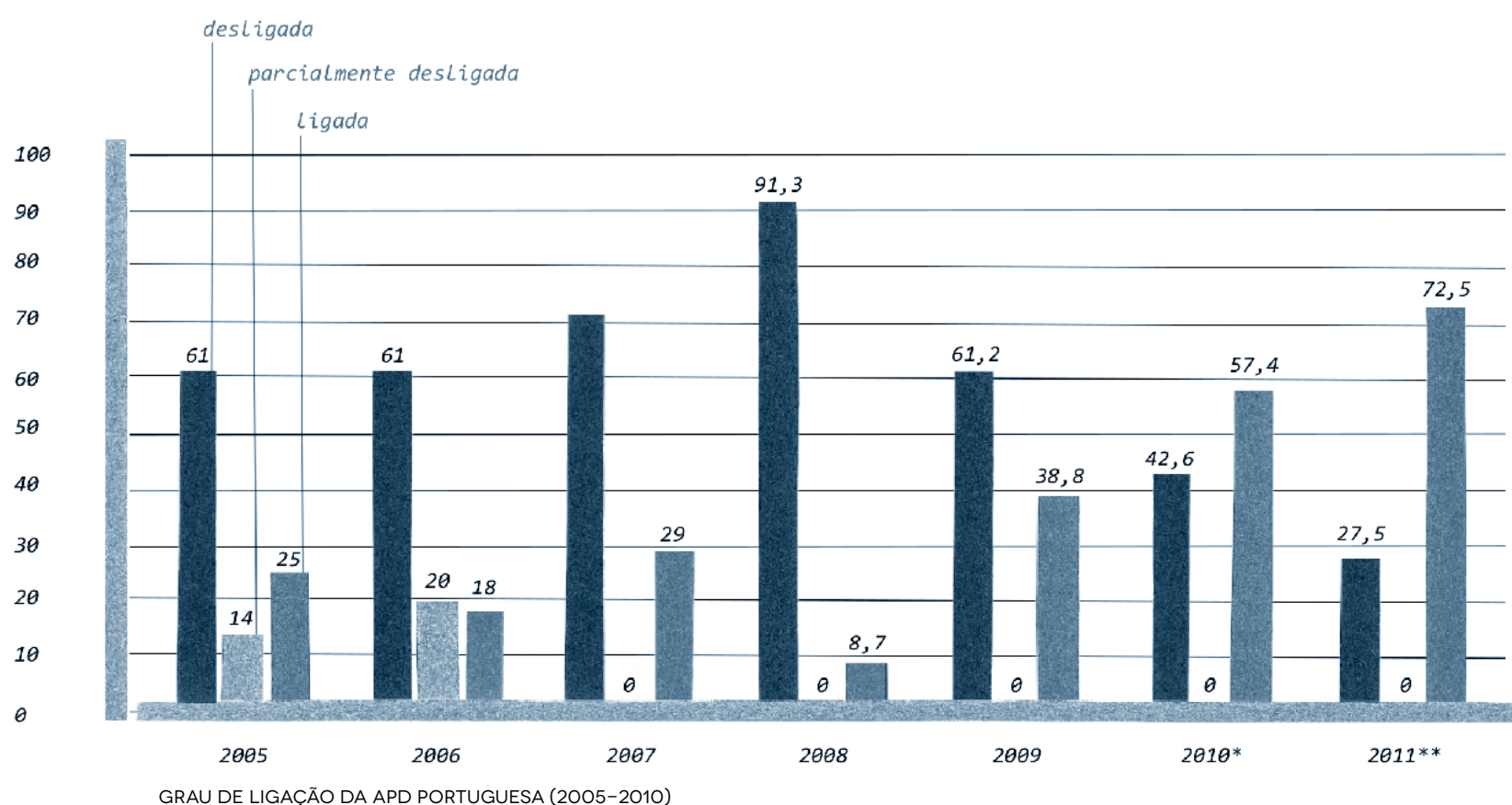
Acresce que, se as verbas orçamentadas são muito inferiores aos compromissos assumidos, mais grave se torna o facto de os valores orçamentados não estarem a ser integralmente execu-

tados, com a situação mais inaceitável, até ao momento, identificada para o ano de 2011, com a taxa de execução a ficar-se nos 62%. Uma consulta ao Programa Orçamental da Cooperação de 2011 permite-nos verificar onde se situa este grave problema de não execução: o Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) deteve nesse ano a maior concentração de verbas, com 65% dos fundos alocados aos seus programas de Cooperação, mas ao mesmo tempo registou a mais baixa taxa de execução de sempre, com apenas 46%. Isto significa que quase metade das verbas alocadas ao MFAP – que se traduzem na prática por linhas de crédito condicionadas a importações de bens ou serviços de origem portuguesa, empréstimos e outras linhas concessionais – não foram utilizadas pelos países parceiros, por razões várias, mas que incluirão o desinteresse em acesso a fundos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento nestas condições.

Esta quota de mais de 50% de verba orçamental representa a agudização de dois problemas interligados: o desrespeito pelas boas práticas de Ajuda desligada, ou seja, de Ajuda ao Desenvolvimento desvinculada de interesses económicos das empresas portuguesas, e o desempenho medíocre na execução do valor orçamentado. A Ajuda ligada é, aliás, um dos principais problemas da Cooperação Portuguesa na actualidade, atingindo em 2011 os 72,5% de ligamento da Ajuda ao Desenvolvimento a outros fins que não aqueles inscritos nas prioridades da luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento dos países destinatários.

O relatório aponta ainda o dedo à questão da transparência dos fluxos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, na medida em que Portugal tem feito avanços e recuos tanto na disponibilização de informação pública neste sector como na criação de condições de programação e de monitorização plena dos fluxos. Desde 2004, que Portugal detinha um instrumento orçamental de programação e de referência que possibilitava a monitoria do Programa Orçamental para a Cooperação, entretanto extinto em 2011. Também as regras de financiamento às ONGD têm vindo a ser comprometidas, com os fundos disponibilizados extra-concursos a superarem, em 2011, em três vezes, os da candidatura pública.

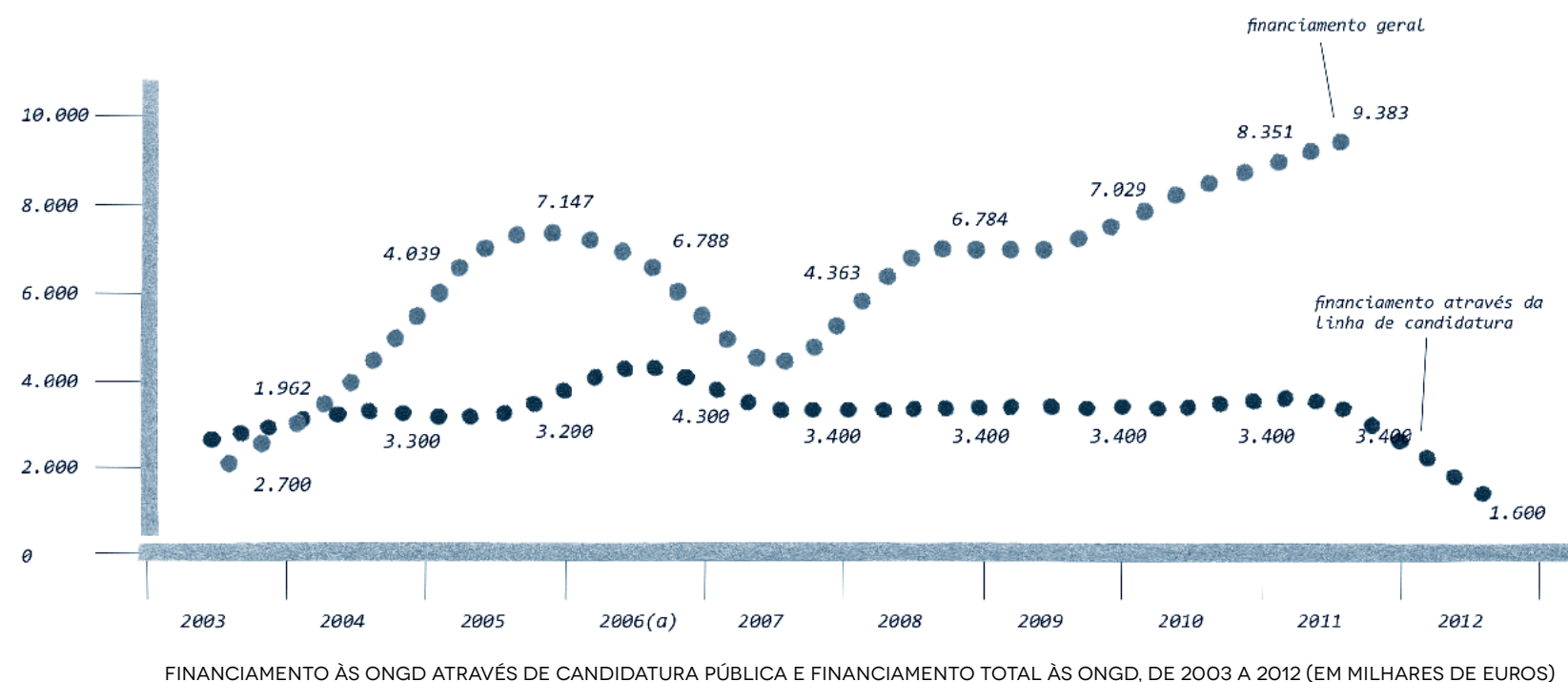
Algumas das debilidades analisadas ao longo do relatório revelam uma subvalorização da Cooperação para o Desenvolvi-



FONTE: IPAD, 2010 E DADOS DISPONIBILIZADOS PELO CICL, 2012

\* MONTANTES DOS COMPROMISSOS (VALORES BRUTOS) DE APD, EXCLUINDO CUSTOS ADMINISTRATIVOS.

\*\* MONTANTES DOS COMPROMISSOS (VALORES BRUTOS) DE APD, EXCLUINDO CUSTOS ADMINISTRATIVOS E AJUDA AOS REFUGIADOS.



FONTE: ELABORADO A PARTIR DE DADOS DISPONIBILIZADOS PELA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD E CICL

mento no quadro das políticas públicas portuguesas, tornando claro que o seu reconhecimento como política de Estado, transversal a ciclos eleitorais, envolvendo e co-responsabilizando outros actores do Estado, garantindo melhores condições de consenso, coerência e relevância políticas e também uma maior estabilidade ao nível institucional.

O relatório conta ainda com depoimentos de pessoas-chave que têm – ou tiveram no passado recente – responsabilidade ou se relacionaram com o sector a vários níveis: na política, na investigação, na sociedade civil, no jornalismo. As diferentes perspectivas vêm enriquecer este documento, reiterando ou propondo leituras alternativas do que foi a última década.

**O RELATÓRIO** foi apresentado a 20 de Novembro de 2012, na Assembleia da República, e contou com a participação de deputados e responsáveis da Cooperação Portuguesa. Para a mesa de discussão, foram convidados Avelino Bonifácio Lopes, Cristina Linaje Hervás e Pedro Krupenski, representantes das plataformas de ONG de Cabo Verde, Espanha e Portugal, respectivamente, e Francisco Almeida Leite, do CICL, num debate moderado pela deputada Mónica Ferro. Consulte [aqui](#) o relatório completo e [aqui](#) um resumo da sessão. Aceda ainda aos discursos de **Pedro Krupenski** e **Avelino Bonifácio Lopes**.

## 2º CONGRESSO EUROPEU SOBRE EDUCAÇÃO GLOBAL

**LUÍSA TEOTÓNIO PEREIRA**

MEMBRO DO CONSELHO DIRECTIVO E COORDENADORA  
DA ÁREA DE EDUCAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO  
CIDAC – CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOL-  
VIMENTO AMÍLCAR CABRAL

Lisboa acolheu o 2º Congresso europeu sobre Educação Global, dez anos depois de o Centro Norte-Sul do Conselho da Europa ter organizado em Maastricht o 1º Congresso. Não me foi pedido que o descrevesse, mas que apontasse sucintamente (deixando por isso de fora muitos aspetos de grande interesse) algumas pistas de reflexão a partir da sua realização. Faço-o sob a forma de apresentação de 3 desafios que me parecem mais relevantes. O primeiro diz respeito a uma parte dos conteúdos trabalhados, os restantes a opções metodológicas e organizacionais e à maneira como foram postas em prática. Mas como facilmente se compreende, cada um tem influência sobre os outros.

**O DESAFIO POLÍTICO** Estamos a viver um momento muito particular da vida europeia e mundial, com grandes impactos nas vidas das cidadãs e cidadãos e das suas organizações e que, obviamente, interpela a Educação Global (EG). Esta ideia esteve presente durante todo o Congresso, mas concretizou-se especialmente num grupo auto-organizado de representantes de organizações da sociedade civil, formado no quadro de um dos exercícios propostos pela organização (utilizando uma adaptação da metodologia conhecida como “open space technology”). No pouco tempo disponível, surgiram propostas importantes:

/ os actores de EG não podem ficar indiferentes ao que se passa em cada um dos países, e no conjunto dos países afetados

pela “crise”, porque o que está em causa são políticas que destroem o desenvolvimento e as capacidades humanas de lutar por ele, de modo solidário;

/ a situação é tão grave, e tem um tal poder destrutivo, que exige a aliança entre todos os tipos de organizações, redes, movimentos e pessoas, em todos os pontos do mundo, que procuram alternativas para enfrentar e fazer reverter o “caminho único” que está a ser trilhado;

/ o que hoje muitos povos europeus vivem, outros povos de outros continentes viveram nas últimas décadas – o peso insuportável da dívida, os programas de ajustamento estrutural, o aprofundar das desigualdades, as rupturas sociais, a perda de valores, a violência sob várias formas...

/ a EG tem um contributo a dar para esta procura cidadã, ao nível da informação, da reflexão - nomeadamente sobre os efeitos provocados pelas opções políticas a todos os níveis (do global ao local e ao pessoal e vice-versa) e sobre a experimentação de novos processos sociais - da formação, da influência política;

/ para responder a estes desafios, a EG tem de repensar as suas abordagens, as suas metodologias – por exemplo, partir cada vez mais do local (diverso) para ir ao encontro de outras experiências noutros pontos do mundo, para compreender o que se decide a nível global...

**O DESAFIO METODOLÓGICO** Fazer do Congresso um processo efectivamente participativo, tendo em conta a quantidade e a diversidade de participantes, organizações, experiências, responsabilidades e expectativas, não é nada fácil. Encontraram-se na Aula Magna de Lisboa 229 pessoas (das quais 67 portuguesas), representando organizações da sociedade civil, instituições académicas, municípios, parlamentos e órgãos do poder central (a nível nacional e europeu). Dar um espaço a cada um destes grupos e envolvê-los a todos em debates temáticos foi uma boa opção. Que resultou bastante bem no primeiro dia e pior no segundo dia (sobretudo da parte da tarde). Uma análise mais fina de cada um dos momentos, das metodologias escolhidas e da forma como foram postas em prática, assim como do seu encadeamento, pode proporcionar grandes aprendizagens para futuras realizações deste género. No segundo dia havia alguma apreensão quanto à redacção



COLÉGIO DE S. MIGUEL CAMPANHA POBREZA ZERO - LEVANTA-TE E ACTUA. PORTUGAL. OIKOS. 2007

final das Conclusões e Recomendações, porque não se sabia qual a capacidade de as influenciar. De repente, a organização distribuiu uma proposta de “Declaração de Lisboa” (um documento diferente das Conclusões e Recomendações, que não estava anunciado), o que gerou alguma confusão. Esta tensão entre participação e elaboração de declarações e conclusões num curto espaço de tempo – muito intenso – é quase impossível de gerir na perfeição e colocou vários problemas aos organizadores. De qualquer modo, uma maior clareza à partida sobre como se prevê responder a esta questão pode contribuir para a enfrentar melhor.

**O DESAFIO INSTITUCIONAL** O Congresso, tal como aconteceu há 10 anos em Maastricht, é da responsabilidade do Centro Norte-Sul do Conselho da Europa. Mas que desta vez o fez, na sua preparação e concretização, em parceria com o GENE – *Global Education Network Europe* e o CONCORD (a confederação das organizações europeias de Ajuda Humanitária e Desenvolvimento) e em cooperação com o IPAD/Camões, a Plataforma Portuguesa das ONGD e a Universidade de Lisboa. Encontrar consensos a partir destas várias instituições públicas e da sociedade civil, com diferentes experiências aos níveis nacional e internacional, é mesmo um grande desafio. Talvez por isso a proposta de Conclusões e Recomendações apresentada aos participantes no início dos trabalhos (fazia parte do caderno entregue à chegada) parecesse a tantas pessoas extensa, repetitiva, desligada do momento que vivemos, sem chama.

No fim, foi saudada a coragem da decisão tomada: nem a “Declaração de Lisboa”, nem as Conclusões e Recomendações foram aprovadas, seguindo-se ainda um tempo de propostas *online* relativas a uma versão atualizada (contando já com os contributos dos grupos de trabalho) que os organizadores hão-de colocar no *site* do Congresso.

Um acontecimento vocacionado para deixar marcas a cada 10 ou 5 anos tem exigências particulares. Enquanto espaço de encontro entre pessoas e organizações é sempre uma mais-valia. Enquanto lugar de criação de novos entendimentos e consensos, que não é igual à soma das partes presentes, mas ao resultado da sua interação, precisava porventura de mais algum tempo ou de maior circunscrição de abordagens.

---

**O 2.º CONGRESSO EUROPEU SOBRE EDUCAÇÃO GLOBAL** Educação, Interdependência e Solidariedade num Mundo em Mudança decorreu nos dias 27 e 28 de Setembro de 2012, na Reitoria da Universidade de Lisboa. O Congresso foi financiado pela Comissão Europeia e co-organizado pelo Centro Norte-Sul do Conselho da Europa, o Global Education Network Europe (GENE) e a CONCORD (Confederação Europeia de ONG de Ajuda e Desenvolvimento). Os parceiros locais foram o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, a Universidade de Lisboa e a Plataforma Portuguesa das ONGD. Link para site do congresso: <http://www.gecongress2012.org/>

---

## EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: UMA APOSTA CERTA!

**ANA TERESA SANTOS**

REPRESENTANTE DO GRUPO DE TRABALHO  
DA PLATAFORMA SOBRE EDUCAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO NO DARE FORUM<sup>1</sup>

A 5 de Julho de 2012, depois de 4 meses de uma campanha intensa e de recolhidas 398 assinaturas de Eurodeputados, o Parlamento Europeu adoptou oficialmente uma Declaração Escrita sobre Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Activa (<http://citizens.concordeurope.org/>). A Declaração promove o reforço das políticas de Educação para o Desenvolvimento tanto a nível nacional como Europeu e, apesar de não ter implicações a nível legislativo, representa um marco político a nível do sector da Educação para o Desenvolvimento.

Os mais recentes dados do **Eurobarómetro “Europeans and Development Aid”**, publicado em Outubro, são preocupantes: segundo o Eurobarómetro, 83% dos portugueses não estão preparados para pagar mais por bens alimentares ou outros produtos (por exemplo por produtos de comércio justo) provenientes de Países em Desenvolvimento para apoiar as pessoas que vivem nesses países. Quando comparada com as respostas dos outros países europeus, esta é a taxa de rejeição mais alta da União Europeia. No mesmo inquérito, em resposta à pergunta “Em que medida acha que sabe para onde vai (nacionalidade) a ajuda ao desenvolvimento?” 61% dos portugueses afirmaram que não sabem nada acerca do destino da ajuda ao desenvolvimento. Valor que sobe um valor percentual na pergunta especificamente dirigida à ajuda dada pela União Europeia.

O Desenvolvimento precisa dos cidadãos. Se os cidadãos não estiverem bem informados nem sensibilizados para agir, a nossa missão como ONGD promotoras do desenvolvimento

nunca será bem-sucedida. Num mundo cada vez mais interdependente e globalizado é cada vez mais importante que os cidadãos estejam informados sobre as interdependências globais e possam pensar criticamente sobre os modelos de desenvolvimento hoje aplicados e que, a partir dessa reflexão crítica, sejam capazes de propor soluções e agir para que o mundo se torne cada vez mais justo e que todos os pilares do desenvolvimento sustentável sejam entendidos claramente e de forma intrinsecamente interligada.

O DESENVOLVIMENTO PRECISA  
DOS CIDADÃOS. SE OS CIDADÃOS  
NÃO ESTIVEREM BEM INFORMADOS  
NEM SENSIBILIZADOS PARA AGIR,  
A NOSSA MISSÃO COMO ONGD  
PROMOTORAS DO DESENVOLVIMENTO  
NUNCA SERÁ BEM-SUCEDIDA.

É neste âmbito que a Educação para o Desenvolvimento tem um papel a desempenhar e é uma aposta certa. Com a aprovação da Declaração Escrita sobre Educação para o Desenvolvimento e a Cidadania Activa, o Parlamento Europeu reconheceu isso mesmo. E as ONGD, e os nossos decisores políticos a nível governamental: Quanto tempo ainda precisam para fazerem a aposta certa?

<sup>1</sup>DARE FORUM – DEVELOPMENT AWARENESS RAISING AND EDUCATION FORUM

## CADERUS: UM CASO DE SUCESSO NO COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

INÊS CLÁUDIO E ANA SANCHES  
TÉCNICAS DE COOPERAÇÃO PARA O  
DESENVOLVIMENTO DA ADPMÉRTOLA

O projecto “CADERUS – Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável de Ribeira das Patas”, implementado na ilha de Santo Antão (Cabo Verde) pela ONGD Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM) e co-financiado pela Cooperação Portuguesa, foi identificado pela Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, no seu relatório de 2011, como um caso de sucesso no combate à desertificação, ao promover um conjunto integrado de acções nas áreas social, ambiental e económica, dando resposta a diversos objectivos da estratégia da **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação**.

O PROJECTO Cabo Verde, e particularmente a ilha de Santo Antão, é considerada uma zona extremamente árida, de solos pobres e condições climáticas adversas. Através das actividades desenvolvidas no decorrer do projecto na área do apoio ao empreendedorismo, agricultura sustentável, turismo e promoção dos produtos locais, foi possível contribuir para a “melhoria dos meios de vida das populações afectadas”. Todas as actividades foram desenvolvidas segundo princípios de equilíbrio e de “melhoria das condições dos ecossistemas afectados”, através de parcerias locais sólidas com organizações da sociedade civil, Câmaras Municipais e Departamentos dos Ministérios da Agricultura e da Educação.

### IMPACTO REAL JUNTO DAS POPULAÇÕES

O Centro de Apoio criado em Ribeira das Patas, no concelho de Porto Novo, é hoje um pólo de desenvolvimento que acolhe jovens estudantes desta e de outras localidades rurais circundantes, complementando o trabalho desenvolvido na escola. Os jovens contam agora com um fácil acesso à informação e a comunidade beneficiária vê no Centro uma oportunidade de alargar as suas competências, nomeadamente ao nível do desenvolvimento rural. Docentes, técnicos de desenvolvimento, dirigentes de instituições, produtores, entre outros, têm no Centro de Ribeira das Patas um espaço que utilizam para encontros, debates, elaboração de projectos e realização de actividades. O Centro incorpora também uma importante valência cultural, tendo já sido criados grupos de futebol e de dança e promovidos espectáculos e saraus temáticos.



PROJECTO “CADERUS – CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DE RIBEIRA DAS PATAS”. CABO VERDE. ADPMÉRTOLA. 2011

## UM ORÇAMENTO JUSTO PARA O DESENVOLVIMENTO

CÉSAR NETO

RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO NA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

Nos dias 22 e 23 de Novembro de 2012, os líderes dos Estados-membros da União Europeia (UE) reuniram em Bruxelas para tentar chegar a acordo sobre o Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, um acordo que terá incidências sobre o futuro da Cooperação e do Desenvolvimento. Esta Cimeira Extraordinária, convocada pelo presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, acabou por ser inconclusiva, ao não se conseguir uma aprovação do orçamento. As negociações irão prolongar-se em 2013.

Assim, a discussão em torno do orçamento comunitário continua em aberto, uns exigem mais cortes do lado da despesa, outros não aceitam cortes na política de coesão. Neste cenário, corre-se o risco que seja fortemente reduzida a rubrica do sector da Cooperação e do Desenvolvimento, entre outras.

Neste sentido, a Plataforma Portuguesa das ONGD decidiu juntar-se à CONCORD - Confederação Europeia das ONG de Ajuda ao Desenvolvimento e a várias Plataformas e ONGD Europeias e enviou uma **carta aberta** aos órgãos decisores e representantes portugueses sobre a discussão do próximo orçamento plurianual da UE, com o intuito de estes defenderem o papel fundamental da Cooperação e do Desenvolvimento na redução das desigualdades globais. Existe o risco de, pela primeira vez, a Europa negligenciar os países em desenvolvimento, numa altura em que a ajuda ao desenvolvimento europeia é essencial para colmatar as necessidades das pessoas mais pobres, pode-se ler na carta aberta. A ajuda ao desenvolvimento disponibilizada pela UE tem um impacto positivo na vida de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Por exemplo, nos últimos dez anos, só a UE contribuiu para a vacinação de 5,5 milhões de crianças contra doenças como o sarampo e possibilitou o acesso de mais de 9 milhões de crianças à educação primária<sup>1</sup>. Apesar de perceber as restrições financeiras e o clima de austeri-

dade vigente, a Plataforma Portuguesa das ONGD considera que a Cooperação para o Desenvolvimento é um investimento no bem-estar de todos nós, pelo que irá continuar a debater-se por um orçamento europeu justo e coerente para o Desenvolvimento.

<sup>1</sup> EUROPEAN COMMISSION (2010), EU CONTRIBUTION TO THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS. SOME KEY RESULTS FROM EUROPEAN COMMISSION PROGRAMMES

### Orçamento da UE para a Ajuda ao Desenvolvimento

€1.87



é o que custa a ajuda ao desenvolvimento por mês a cada cidadão

85%



dos cidadãos europeus apoiam a ajuda ao desenvolvimento

0.09%



APD representa 0,09% da riqueza nacional europeia

### Salva milhões de vidas

9

milhões de crianças tiveram acesso à educação primária

5

milhões de crianças foram vacinadas contra o sarampo

31

milhões de pessoas tiveram acesso a água potável

24

milhões de pessoas deixaram de ter fome



Mas... os líderes da UE ameaçam cortar com este precioso apoio na votação do próximo orçamento europeu.

As ONGD europeias pedem aos seus dirigentes da EU para manter as promessas de ajuda ao desenvolvimento dos países mais desfavorecidos.

Fonte: Concord

Piktochart

# AUSTERIDADE, DE LISBOA A ROMA

OLIVIER CONSOLO  
DIRECTOR DA CONCORD<sup>1</sup>

A história da ajuda pública ao desenvolvimento europeia está a tornar-se numa história de cortes, cortes e mais cortes.

Desde as instituições da União Europeia (UE), em Bruxelas, aos governos nacionais de Lisboa a Roma, os decisores políticos estão a cometer um erro ao usar a crise financeira como desculpa para destruir anos de programas de cooperação.

Até 2014, 19 países em todo o mundo irão perder a ajuda ao desenvolvimento da UE. A União quer que o apoio seja baseado nos resultados económicos, pelo que países de rendimento médio, cujo crescimento económico seja relativamente elevado, poderão vir a perder a ajuda ao desenvolvimento. O problema é que a maioria das pessoas mais pobres do mundo, cerca de 72%, vive em países de rendimento médio.

As medidas de crescimento económico mostram pouco sobre as desigualdades e os níveis de pobreza dos países. Acreditamos que as pessoas mais pobres devem ser o alvo da ajuda ao desenvolvimento, e não ficar a perder devido a estatísticas enganadoras.

Esta pode ser uma solução rápida de cortes orçamentais em tempos de austeridade. Estamos habituados a ouvir falar da crise da zona euro e de que as finanças públicas estão numa situação difícil, mas não esqueçamos que mais de 99 por cento do rendimento nacional bruto é direccionado para tudo menos a ajuda ao desenvolvimento. A pequena proporção que efectivamente gastamos atravessa um longo caminho, mais de nove milhões de crianças foram matriculadas no ensino primário e cinco milhões de crianças foram vacinadas contra o sarampo.

No entanto, os níveis de ajuda ao desenvolvimento da UE estão actualmente muito baixos. Em 2011 estiveram abaixo do ano anterior, com Espanha (32.7%) e Grécia (39.3%) a registarem cortes superiores a 32%. Em Portugal, a ajuda pública ao desenvolvimento diminuiu 3%, apesar de 60% dos cidadãos portugueses pretenderem o contrário. De acordo com um inquérito do **Eurobarómetro** realizado em Outubro, a ajuda ao desenvolvimento continua a recolher um apoio esmagador: mais de 60% de todos os cidadãos da UE consideram que deve aumentar, contra os 18% que desejam uma diminuição.

Com as negociações em curso para o quadro financeiro plurianual, que estabelecerá limites orçamentais da UE para o período 2014-2020, a ajuda ao desenvolvimento está sob uma ameaça ainda maior. A última proposta da Presidência cipriota dá um duro golpe no desenvolvimento, o que poderá resultar no desaparecimento totalmente desproporcionado de 7.3 mil milhões de euros na ajuda pública ao desenvolvimento.

Algumas críticas à proposta são também pouco promissoras; a Suécia criticou a proposta cipriota porque deseja ver cortes ainda maiores! Na verdade muitos Estados-Membros, incluindo Suécia e Reino Unido, estão a pedir uma diminuição nas despesas no próximo orçamento, o que pode muito bem ter um impacto grave nos níveis de ajuda ao desenvolvimento da UE.

OS DECISORES  
POLÍTICOS ESTÃO A  
COMETER UM ERRO  
AO USAR A CRISE  
FINANCEIRA COMO  
DESCULPA PARA  
DESTRUIR ANOS DE  
PROGRAMAS DE  
COOPERAÇÃO.

Francamente, um corte no 'balão de oxigénio' da UE aos países em desenvolvimento é um erro e nós na CONCORD estamos amargamente desapontados com a rejeição de propostas para um orçamento mais justo por parte da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu.

Como ONG, temos que trabalhar mais do que nunca para convencer os Estados-Membros da UE a cumprir as suas promessas em termos de ajuda aos países pobres.

<sup>1</sup> CONCORD – THE EUROPEAN NGO CONFEDERATION FOR RELIEF AND DEVELOPMENT [CONFEDERAÇÃO EUROPEIA DE ONG DE AJUDA E DESENVOLVIMENTO]

# PUBLICAÇÕES



## ESTUDO SOBRE AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL

por RAQUEL FREITAS  
edição PLATAFORMA PORTUGUESA  
DAS ONGD  
em OUT 2012

Este estudo temático pretende contribuir para a discussão do modelo mais adequado para a definição de uma estratégia nacional para esta área. Para tal, a autora procurou actualizar a informação relativa às práticas e princípios da Ajuda Humanitária e de Emergência (AHE), tendo como suporte um conjunto de documentos, nacionais e internacionais, de referência sobre a matéria e entrevistas a algumas das entidades portuguesas, públicas e da sociedade civil, relevantes ao nível da reflexão e participação operacional em acções de AHE.

Supportadas por esta análise, são feitas um conjunto de recomendações.



## CONCORD AIDWATCH SPECIAL REPORT MAKING SENSE OF EU DEVELOPMENT COOPERATION EFFECTIVENESS

por BODO ELLMERS, WISKE JULT  
edição CONCORT  
em NOV 2012  
língua INGLESA

O *AidWatch Special Report* da CONCORT avalia o processo do acordo de parceria de Busan e a qualidade da ajuda da União Europeia (UE). O relatório identifica três das principais falhas na cooperação para o desenvolvimento da UE: a arquitectura da cooperação permanece fragmentada e mal coordenada e a ajuda ao desenvolvimento realmente transparente e sustentável é limitada e está pouco concentrada na erradicação da pobreza, porque a alocação da ajuda permanece distorcida por objectivos de não-desenvolvimento, frisam os autores.

O relatório aponta ainda falhas nas metas da eficácia da ajuda e sublinha a falta de aplicação efectiva da Parceria Global para a Eficácia da Cooperação para o Desenvolvimento assinada em Busan e dos seus mecanismos de responsabilização.



## ALFABETO DO DESENVOLVIMENTO CONCEITOS / HISTÓRIAS / IMAGENS

por VÁRIOS  
edição ACEP, CESA, IN LOCO  
em SET 2012

Cada letra do alfabeto abre uma porta para um tema, apresentado por um investigador, um jornalista e um fotógrafo, permitindo assim cruzar três perspectivas e diferentes formas de formar, informar, comunicar, influenciar.



## DEVELOPMENT CO-OPERATION REPORT 2012: LESSONS IN LINKING SUSTAINABILITY AND DEVELOPMENT

por OCDE  
edição OCDE  
em NOV 2012  
língua INGLESA

O mais recente relatório do CAD/OCDE sobre a cooperação para o desenvolvimento procura entender como lidar com os desafios do desenvolvimento sustentável, com enfoque na inclusão e boa governação, para garantir que os nossos recursos são distribuídos equitativamente.



## HORIZON 2025 CREATIVE DESTRUCTION IN THE AID INDUSTRY

por HOMI KHARAS E ANDREW ROGERSON  
edição OVERSEAS DEVELOPMENT INSTITUTE  
em JUL 2012  
língua INGLESA

O cenário económico sofreu grandes alterações desde 2000. As transformações no mapa da pobreza e também do lado do financiamento para o desenvolvimento estão a desafiar a actual arquitectura do desenvolvimento. Este documento pretende estimular o debate sobre o futuro desta arquitectura.



## A NOSSA CASA ARDE A SUL PARA QUE SERVE A AJUDA AO DESENVOLVIMENTO?

por SERGE MICHAILOF  
edição TINTA DA CHINA  
co-edição FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN  
em AGO 2012

Há muito que se levantam vozes perguntando de que serve ajudar África? Em tempos de escassez de dinheiros públicos, são ainda mais numerosas. Este livro explica-nos as razões pelas quais a ajuda internacional é não só desejável, como essencial.

# AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	DEZ 2012		
						1	12. 28ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD   organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD   LISBOA	organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD   LISBOA	o European Centre for Development Policy Management (ECDPM)   LISBOA
2	3	4	5	6	7	8			
9	10	11	12	13	14	15		13/14. Conferência Internacional A PARCERIA ÁFRICA-EUROPA EM CONSTRUÇÃO: QUE FUTURO?   organizado por IMVF, IEEI e Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL, em parceria com	14. Lançamento do ESTUDO SOBRE AJUDA HUMANITÁRIA E DE EMERGÊNCIA EM PORTUGAL   organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD   LISBOA
16	17	18	19	20	21	22	13. Ciclo de Cinema DIREITOS E DESENVOLVIMENTO   Exibição do filme “Invisibles”		
23	24	25	26	27	28	29			
30	31								
D	S	T	Q	Q	S	S	JAN 2013		
		1	2	3	4	5	12/13. Segunda sessão de FORMAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS com o tema COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO   organizado por FEC   FÁTIMA	17/18. Acção de Formação PARCERIAS COMUNITÁRIAS   organizado por Núcleo Distrital de Setúbal da EAPN Portugal   SETÚBAL	GENS DO COLONIALISMO PORTUGUÊS   organizado por FCSH   LISBOA
6	7	8	9	10	11	12			
13	14	15	16	17	18	19			23. Ciclo de Cinema CÔNSUL DE BORDÉUS   organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC   LISBOA
20	21	22	23	24	25	26	14/15/21/22. Formação de ELABORAÇÃO DE CANDIDATURAS   organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD   PORTO	18. 15º Curso de PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS   Organizado por Ius Gentium Conimbrigae / Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra   COIMBRA	24/25. Conferência GÉNERO E PLURALISMO TERAPÊUTICO. ACESSO DAS MULHERES AO SECTOR DE SAÚDE PRIVADO EM ÁFRICA   organizado por CEA/ISCTE-IUL   LISBOA
27	28	29	30	31			16/23/30. Ciclo de conferências GUINÉ-BISSAU: DA MULTIDIMENSIONAL ENCRUZILHADA AO BEM COMUM GUINEENSE   LISBOA	21. Seminário AMILCAR CABRAL, UM PROJECTO INTERROMPIDO   organizado por Fundação Mário Soares   LISBOA	25. Formação em GESTÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE   organizado por PAR-Respostas Sociais   LISBOA
							16. Conferência JOVENS DA CPLP   organizado por CPLP   LISBOA	23. Seminário PARA DE-SIDEOLOGIZAR AS IMA-	
FEV 2013									MAI 2013
							15/16. Seminário CRISE E RECONFIGURAÇÕES NO ÂMBITO DO SISTEMA-MUNDO   organizado por CIDAC   LISBOA	21. Ciclo de Cinema THE LIGHTBULB CONSPIRACY   organizado por Plataforma Portuguesa das ONGD e UNRIC   LISBOA	16/17. Seminário COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA: NOVAS PARCERIAS, NOVOS DESAFIOS   organizado por IMVF   LISBOA

**ABRAÇO** ASSOCIAÇÃO DE APOIO A PESSOAS COM VIH/SIDA

**ACEP** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

**ACGB** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

**ADDHU** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

**ADPM** ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

**ADRA** ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

**AIDGLOBAL** ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

**AJAP** ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

**AJP** ACÇÃO PARA A JUSTIÇA E PAZ

**AMU** COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

**ASSOCIAÇÃO PAR** RESPOSTAS SOCIAIS

**ATA** ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

**APCD** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

**APF** ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

**APOIAR** ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

**ASSOCIAÇÃO HELPO**

**ATLAS** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**BATOTO YETU PORTUGAL** ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

**CÁRITAS PORTUGUESA**

**CEAUP/ONGD** CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

**CHAPITÔ**

**CIC PORTUGAL** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO, INTERCÂMBIO E CULTURA

**CIDAC** CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

**CPR** CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

**EQUIPA D'ÁFRICA**

**EAPN PORTUGAL** REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

**E&O** ENGENHO E OBRA – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO

**EPAR** DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

**FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO**

**FCL** FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

**FEC** FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

**FOM** FUNDAÇÃO OLIVEIRA MARTINS

**FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT**

**FGS** FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

**FUNDAÇÃO BOMFIM**

**G.A.S. PORTO** GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

**GRAAL** ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

**GTO LX** GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

**IED** INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

**IEEI** INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

**IMVF** INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

**INDE** INTERCOOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**ISU** INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

**LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

**LIGAR À VIDA** ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

**MDM – P** MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

**MENINOS DO MUNDO**

**MG** MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO

HUMANITÁRIA

**MONTE** DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

**MSH** MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

**MUNDO A SORRIR** ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

**ORBIS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OIKOS** COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA**

**PRO DIGNITATE** FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

**RAIA HISTÓRICA** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

**ROSTO SOLIDÁRIO** ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

**SAÚDE EM PORTUGUÊS**

**SOLSEF** SOL SEM FRONTEIRAS

**SOPRO** SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

**SUL** ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**TERRAS DENTRO** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

**TESE** ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

**UMP** UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

**UNICEF** COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

**URB-ÁFRICA** ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

**VSF** VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

**VIDA** VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

**VITAE** ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

**WACT** WE ARE CHANGING TOGETHER